

REITORAS E REITORES DA ABRUEM PARTICIPAM DE ÚLTIMA REUNIÃO ADMINISTRATIVA DO ANO

A reunião foi realizada na última quarta-feira, 11



As reitoras e reitores da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) participaram, na última quarta-feira, 11, da última reunião administrativa do ano. O encontro ocorreu de forma on-line, via plataforma Google Meet.

A primeira pauta do dia foi a instalação do Colégio de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação (Colgtic). O coordenador de Tecnologia de Informação da Uern, professor André Pedro Fernandes, fez um relato das atividades do grupo de trabalho criado para a discussão da criação do Colégio. O Colgtic ficará subordinado à Câmara de Gestão, Governança e Legislação, cuja presidência é do reitor da Uema, Walter Canales.

A segunda pauta debatida foram as contribuições da Associação para a minuta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na oportunidade, os reitores elogiaram o atendimento às demandas da Abruem pela presidência do FNDE. Eles também destacaram as situações que não foram atendidas e as tratativas que devem ser intensificadas.

O assunto tratado a seguir foi o 74º Fórum Nacional das Reitoras e Reitores da Abruem. A previsão é que o evento seja realizado na Universidade do Estado do Pará (Uepa) no segundo semestre do próximo ano. O reitor da Uepa, Clay Anderson Chagas, explicou sobre questões hoteleiras que estão sendo afetadas pela realização da 30ª Conferência das Partes (COP 30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que ocorrerá em novembro de 2025 em Belém.

A quarta pauta do dia foram os relatos da viagem da comitiva da Abruem à Colômbia. O reitor Fábio Neia, que é presidente da Câmara de Internacionalização da Abruem, destacou a importância da Ascun para a realização da missão, tendo em vista que os participantes puderam ter acesso quase que irrestrito às universidades colombianas. "Além disso, fomos muito bem recebidos na embaixada brasileira em Bogotá, lá, nos mostraram uma Colômbia que não conhecíamos", relatou o reitor.

O professor Fábio Senefonte, secretário da Câmara, em sua fala, também parabenizou a Ascun pela forma dinâmica como organizou a missão, tendo em vista que também estavam presentes, em cada universidade visitada, outras

instituições de ensino superior interessadas em parcerias com a universidades da Abruem.” Tivemos a possibilidade de ter interlocução com mais de 15 instituições de ensino superior. Oportunidades de compartilhar as visões acadêmicas de cada instituição e de abrir novas oportunidade de parcerias”, explicou.

Seguindo a pauta da reunião, o professor Fábio Senefonte sugeriu alguns países que poderiam ser o destino da missão internacional da Associação de 2025. Ele apresentou características educacionais dos países e também os pontos fortes e desafiadores de cada um deles. Entre as sugestões estavam a Alemanha, a China, a Nova Zelândia e a República Tcheca. O país escolhido por todos foi a Nova Zelândia.



A pauta seguinte foi a proposta de criação do Colégio de Assessores Jurídicos/Procuradores da Abruem. A presidente da Abruem, Cícilia Maia, apresentou o contexto da pauta e destacou a importância da temática para a Associação. Os participantes definiram a composição de um grupo de trabalho para apresentar uma proposta aos membros da Abruem.

A última pauta da reunião foi a apresentação do calendário de reuniões e eventos da Abruem de 2025.

Ao final da reunião, o professor Carlos Roberto Ferreira explicou a respeito das alterações na anuidade da Associação, definida a partir do IPCA. Também foi explicado a respeito do recesso administrativo da Associação, que se dará a partir do dia 23 de dezembro. O retorno das atividades será a partir do dia 6 de janeiro. A primeira reunião administrativa da Associação em 2025 está prevista para ser presencial em 12 de março, em Brasília.

PRESIDENTE DA ABRUEM PARTICIPA DO 1º FÓRUM DE UNIVERSIDADES PELA PAZ (FOUP)



A presidente da Abruem, Cícilia Maia, participou, entre os dias 25 e 27 de novembro do 1º Fórum de Universidades pela Paz (Foup). Além dela, representantes de diversas universidades vinculadas à Abruem também estavam presentes. O evento reuniu especialistas, líderes internacionais e gestores de universidades, com o objetivo de promover a produção de conhecimento

e incentivar discussões sistêmicas sobre os múltiplos caminhos voltados à construção de uma cultura de paz.

“Durante o evento foram feitas discussões riquíssimas, com palestrantes inclusive internacionais”, destacou a presidente. Ela explicou que foi um momento muito enriquecedor do ponto de vista de construção

e reflexão sobre as temáticas debatidas, além de ter sido um chamado às Universidades para estarem juntas nessa construção pela paz.

O fórum resultou no lançamento da Carta de Florianópolis, um acordo conjunto que orientará as futuras iniciativas voltadas para a promoção da paz e do entendimento global entre as instituições participantes. O Fórum contou com a participação de cerca de 80 instituições de ensino superior, tanto nacionais quanto internacionais, bem como teve a adesão de três organizações da sociedade civil e quatro órgãos governamentais.

O reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), José Fernando Fragalli, estava presente no evento e destacou que, atualmente, a iniciativa é cada vez mais necessária. “A construção do evento foi ampla, com debates e mesas redondas propositivas para ações concretas por parte dos gestores participantes. A nossa participação em fóruns como esse é importante para recolher as melhores experiências e podermos adaptá-las à

nossa realidade, no sentido de que o objetivo do fórum, que é a busca pela paz nas universidades, seja concretizado”, afirma.

O ex-presidente da Associação e reitor da Universidade Estadual de Alagoas, Odilon Máximo, também esteve presente no evento e parabenizou o Fórum pela iniciativa de promover diálogos, pesquisas e ações pela paz.



Fonte: Assessoria de Comunicação da Udesc, com alterações.

ABRUEM PARTICIPA DE PRIMEIRA AUDIÊNCIA DO CCT SOBRE FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO



Em meio às discussões sobre ajuste fiscal pelo governo federal e com a possibilidade de ser alvo de corte orçamentário, pesquisadores e cientistas saíram em defesa da valorização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do não contingenciamento financeiro deste investimento. A manifestação

ocorreu no dia 13 de novembro durante audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), conduzida pelo senador astronauta Marcos Pontes (PL-SP), autor do requerimento para o debate.

O reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Leandro Vanalli, representou a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais no evento. O FNDCT é um dos principais mecanismos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do país e, ao longo dos anos, tem sido crucial para o fortalecimento de setores estratégicos. Essa foi a primeira de três audiências a serem realizadas no colegiado sobre a importância e a governança do fundo.

O secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luis Manuel Rebelo Fernandes, reforçou a importância da Lei Complementar 177, de 2021, que proibiu o contingenciamento dos recursos do FNDCT, marcando um avanço significativo na liberação financeira a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico.

Ele disse que a arquitetura do fundo está plenamente alinhada com a sustentabilidade fiscal dos seus investimentos, já que há o retorno duplo das operações de crédito realizadas por meio do investimento reembolsável, operado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Além disso, segundo ele, o próprio fundo é responsável por ampliar a sua capacidade de investimento, oferecendo autonomia, sustentabilidade e retorno positivo para várias áreas da sociedade.

— A arquitetura do fundo, consolidada na lei do FNDCT, ela garante a arrecadação destinada aos investimentos do fundo, em primeiro lugar. Em segundo lugar, ela cobre duplamente o custo fiscal da operação do fundo porque o que é reembolsável não ocupa espaço fiscal, então os investimentos do fundo estão duplamente cobertos. Então eu acho que este é um ponto muito importante para o debate público e para o debate que vai se travar aqui no Congresso.

A Lei Complementar 177, de 2021, recuperou a capacidade de financiamento do fundo, que é constituído por fundos setoriais, de natureza contábil e financeira, que tem como objetivo financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico.

A gestão do recurso é exercida pela Finep, com duas linhas de incentivo. A reembolsável, quando os recursos liberados às empresas são feitos por linhas de crédito atrativas, e a não reembolsável, quando o investimento é feito diretamente aos centros e institutos de pesquisa e desenvolvimento.

Desde de 2023, com a plena vigência da lei do FNDCT, os recursos foram integralmente liberados. No ano passado foram quase R\$ 10 bilhões. Sendo R\$ 5 bilhões para projetos reembolsáveis e R\$ 5 bilhões para não reembolsáveis. Já em 2024, foram R\$ 12,7 bilhões no total, sendo R\$ 6,3 para reembolsável e R\$ 6,3 para não reembolsável.

O senador Marcos Pontes destacou que não existe, no mundo, país desenvolvido que não priorize o investimento em desenvolvimento científico e tecnológico. Ele lembrou que o fundo foi alvo de contingenciamento por muitos anos, mais recentemente a partir de 2015, tendo seus recursos liberados novamente, integralmente, pela lei complementar, sancionada em 2021, quando ele estava à frente do Ministério de Ciência e Tecnologia. No entanto, a nova legislação começou a ser cumprida apenas em 2023, depois de o Congresso ter superado o veto à matéria, no governo passado, e o envio de uma medida provisória que resgataria o contingenciamento.

Ele manifestou preocupação com a possibilidade de novo represamento de recurso com os estudos para cortes nas contas públicas federais.

— Queremos demonstrar aqui a nossa extrema preocupação, e eu falo isso, com certeza, em nome da comunidade científica, da possibilidade de contingenciamento, novamente, desse fundo. O que seria um erro muito, mas muito grande para o país.

Segurança e previsibilidade

Na avaliação do diretor científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Olival Freire Junior, o pior cenário para as atividades científica e tecnológica é o de imprevisibilidade. Sendo uma atividade de alto risco e que requer estabilidade no médio e longo prazo, ele afirmou que antes da lei, o setor não tinha previsibilidade, convivendo com incertezas, até mesmo, de curto prazo.

Ele citou como exemplo a insegurança durante a transição dos mais recentes governos, com a pendência para a concretização de projetos importantes, como a instalação de novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). Essas unidades são voltadas a promover a formação de redes multi-institucionais e interdisciplinares dedicadas à investigação científica em temáticas estratégicas e enfrentamento a grandes desafios nacionais.

Atualmente o programa para instalação dos INCTs conta com recurso da ordem de mais de R\$ 1,6 bilhão.

O reitor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Valder Steffen Júnior, que coordena a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), representante de quase 70 instituições, reconheceu que o atual governo tem feito um trabalho para recompor as bases de financiamento da ciência e tecnologia no país. Ele concordou com a política de gestão e financiamento do FNDCT e reforçou que a possibilidade de contingenciamento dos recursos para essa área vai comprometer o projeto científico e de desenvolvimento econômico e social.

Em sua fala, o reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Leandro Vanalli, apresentou a Abruem aos participantes e destacou a importância da Associação para o desenvolvimento da pesquisa e inovação tendo em vista a sua capilaridade. “Esse debate sobre o Fundo perpassa outros debates, como o financiamento das universidades públicas estaduais”, destacou.

Governança

O diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, explicou que os comitês gestores de cada fundo setorial selecionam as propostas a serem aprovadas pelo Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, formalizando o Plano Anual de Investimento (PAI) para aplicação dos recursos de cada ano.

Em 2023, os recursos foram investidos em 10 programas estruturantes e mobilizadores, com relevância e impacto sobre o desenvolvimento do país, em 36 áreas de atuação como a transformação digital, inovação para reindustrialização em bases sustentáveis, saúde, defesa e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Ele deu como exemplo um dos programas voltados à recuperação e à expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nacional, o Pró-Infra. Com o orçamento de 2023, foram lançados três grandes editais que, inicialmente, previa investimento de R\$ 1,9 bilhão, no entanto, após a avaliação da qualidade e relevância dos propostas, houve suplementação de recursos e novos projetos passaram a ser atendidos.

— Esses editais todos passaram por avaliação de pares e o resultado deles foi que nós tivemos, para um investimento previsto de R\$ 1,9 bilhão, dada a uma demanda qualificada muito grande, nós conseguimos suplementar os editais com R\$ 1,4 bilhão, e vale lembrar que nós tivemos um edital emergencial para o Rio Grande do Sul de R\$ 50 milhões.

Representatividade e transparência

Como um passo importante de melhoria para a escolhas de projetos e execução do FNDCT, os representantes de agências de estado e setor empresarial, reivindicaram mais diversidade na representação do Conselho

Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e nos comitês gestores de cada fundo setorial. Entre os membros do conselho diretor estão a ministra do MCTI, Luciana Santos; o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ricardo Galvão, e o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Celso Pansera.

— Nós consideramos que a constituição do CD não é hoje representativo da nossa comunidade. Tanto que nós apresentamos ao Ministério de Ciência e Tecnologia uma solicitação para a recomposição do Conselho Diretor incluindo não só a participação do Confap [Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa] ou do Consecti [Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação], mas também representações das nossa universidades públicas — disse, Odir Dellagostin, presidente do Confap.

O presidente da Federação das Sociedades de Biologia Experimental, Eduardo Colombari, também lamentou a falta de diversidade no Conselho Diretor do FNDCT. Na avaliação dele, uma maior representatividade daria uma visão ampla das prioridades de outros setores, pulverizando o incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico no país.

Ele também defendeu mais transparência e eficácia no sistema avaliativo de custo e impacto do investimento de cada projeto para a sociedade.

— A transparência em cada uma das etapas é crucial para que a confiança pública seja mantida e para assegurar que o financiamento atenda o interesse nacional. Ciência e tecnologia não é gasto, é investimento. Essa clareza é também importante para que o setor científico industrial alinhe suas estratégias conforme as prioridades nacionais. Maior transparência ajudaria a comunidade científica e a sociedade a entenderem o processo e a acompanharem o impacto dos projetos financiados, criando uma sinergia com a sociedade e valorização do investimento público.

Também participou do debate o secretário-executivo da Secretaria de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti), Alexandre Villain.

Fonte: Agência Senado, com alterações.

UEPG APROVA PARIDADE DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES UNIVERSITÁRIAS



Uma conquista histórica para a igualdade de gênero: o Conselho da Universidade Estadual de Ponta Grossa (COU-UEPG) aprovou de forma pioneira e unânime, na manhã desta quinta-feira (12), a obrigatoriedade da paridade de gênero nas eleições à Reitoria, Setores de Conhecimento e indicações de cargos em comissão. A medida passa a integrar o Regimento da UEPG e já será colocada em prática nas eleições de 2026.

Na composição das chapas que concorrem à Reitoria ou às diretorias dos Setores de Conhecimento, no mínimo uma pessoa deve ser do sexo feminino. Na ocupação dos cargos em comissão, de livre nomeação pela Reitoria, a normativa também estabelece um mínimo de 50% das vagas para mulheres. Além disso, será criada uma comissão permanente de estudos e acompanhamento da política de equidade de gênero, com representação de docentes e agentes universitários.

A proposta partiu da atual gestão da UEPG, encabeçada pelo professor Miguel Sanches Neto. “É um marco muito importante e uma atitude de vanguarda da instituição, que cria o equilíbrio na ocupação de cargos eletivos e de cargos nomeados pela Reitoria, cada vez mais reconhecendo o papel fundamental da mulher como liderança no serviço público e na sociedade como um todo”, comemora. “A Universidade se sente orgulhosa por ter aprovado essa modificação no seu Regimento e espera que isso seja um exemplo para que outras instituições públicas e privadas ampliem a participação feminina em cargos de liderança”, enfatiza o reitor.



As cadeiras do auditório do Edifício Fausy Chagury, onde ocorreu a reunião do Conselho Universitário, foram excepcionalmente ocupadas por muitas mulheres, para além das conselheiras. A convite da gestão da UEPG, as agentes universitárias e professoras que ocupam cargos de chefia foram convidadas a participar do momento histórico.



As mulheres seguram as estrelas no céu, como diz Saramago. Foi assim que a professora Silvana Oliveira, conselheira representante do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (Secihla), descreveu o papel feminino em fazer funcionar o mundo e gestar as atividades humanas. “Nós ainda temos um caminho longo a percorrer, mas avançamos muito

no dia de hoje. Esse debate está aberto e todas e todos estão convocados para ele”, destacou. “A estrutura da sociedade é machista e ela dificulta, sim, a ocupação de cargos por mulheres, porque essas mulheres estão sobrecarregadas com funções familiares, com funções voltadas para o cuidado da família, de pessoas que estão próximas de si, mesmo no trabalho. É uma forma de mostrar para as nossas alunas, para as nossas colegas professoras e servidoras que a presença das mulheres na Universidade é uma realidade e o protagonismo delas é visto”.

“Esta proposta, para além dos aspectos técnico-jurídicos, é também uma forma de reconhecimento às mulheres que construíram e constroem a história da UEPG nos mais variados espaços universitários e, em especial, às professoras Leide Mara Schmidt e Gisele Alves de Sá Quimelli, as únicas a ocuparem o cargo da vice-reitoria na história da Universidade Estadual de Ponta Grossa até este momento”, destacou o autor da proposta, o professor Renê Hellman.

Outras medidas similares de garantia da paridade de gênero foram implantadas em dispositivos legais como a Lei das Eleições (Lei 12.034/2009), em que há a exigência de que partidos políticos assegurem um mínimo de 30% e um máximo de 70% de candidaturas de cada gênero; no Regulamento Geral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em que as chapas concorrentes aos pleitos devem ser compostas por 50% de candidatos de cada gênero; e no Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 525/2023), que regulamenta a paridade de gênero nos editais para desembargadores. Entretanto, a decisão da UEPG é a primeira dentre as universidades do país.

Reconhecimento

A reunião iniciou com um reconhecimento a uma mulher, membro do Conselho Universitário da UEPG: a primeira prefeita eleita e reeleita em Ponta Grossa, Elizabeth Schmidt. Uma carta foi lida pela conselheira Eliane Rauski em homenagem à representatividade da conquista. O documento relembra a trajetória da professora graduada pela UEPG e que atuou por 25 anos como docente da instituição, além de destacar a caminhada política de Elizabeth em Ponta Grossa.

“Sua jornada como professora e liderança política feminina faz dela também uma das personalidades de maior proeminência na história da Universidade Estadual de Ponta Grossa, visto que a instituição foi berço de muitas das suas conquistas profissionais e pessoais”, enfatiza a carta. “Ser



a primeira mulher eleita e reeleita para a Prefeitura Municipal é o ponto alto de uma jornada que a distingue individualmente, sim, mas ao mesmo tempo representa uma conquista coletiva. Elizabeth Schmidt faz ecoar a voz de muitas mulheres que, inspiradas por ela, enxergam outras tantas possibilidades de ocupar diferentes espaços de poder, antes dominados histórica e majoritariamente, quando não exclusivamente, por homens”.

“No momento em que foi lida essa carta tão especial, sobre a minha vida, eu cheguei à conclusão: Nós, mulheres, somos corajosas! E vamos continuar sendo”, declarou a prefeita Elizabeth. Emocionada, ela agradeceu o reconhecimento da Universidade. “Esse poder que as mulheres possuem, de mostrar que elas sabem, podem e têm competência, que elas vão ocupar os cargos que elas desejarem é o que está dito hoje e agora institucionalizado. Com certeza o número expressivo de mulheres que compõe o quadro da UEPG vai ser contemplado agora nos cargos de liderança”.

Formação

Para a pró-reitora de Gestão de Pessoas da UEPG, Eliane Rauski, a decisão é um avanço em direção à equidade de gênero na UEPG. “Hoje, as mulheres estão ocupando a maior parte dos cargos diretivos da instituição, por política desta gestão, mas sem nenhuma garantia para os próximos anos ou para as próximas gestões, desta forma, a aprovação desta mudança em nosso estatuto é um avanço significativo”, enfatiza. A professora comemora a garantia do espaço para as lideranças femininas como parte das políticas institucionais, que deve ajudar a combater a desigualdade de gênero no trabalho. “Nas empresas privadas, as mulheres ganham menos que os homens para as mesmas funções, o que não acontece em órgãos públicos, porém, as mulheres enfrentam dificuldades para crescer na carreira e têm menos espaço em cargos de liderança”.

Além da garantia da presença feminina nos cargos, a gestão deve oferecer capacitações para que as mulheres possam ocupar de forma efetiva os espaços de liderança. “É fundamental oferecer programas de capacitação e mentoria, que ajudem as mulheres a desenvolver suas habilidades e a

conquistar cargos de liderança e, por este motivo, estamos desenvolvendo um curso composto por módulos, destinado à formação da liderança feminina na UEPG, com um conteúdo bastante abrangente, para além de conteúdos técnicos, mas focando em saúde mental, autoconhecimento, planejamento de carreira, dentre outros assuntos”.

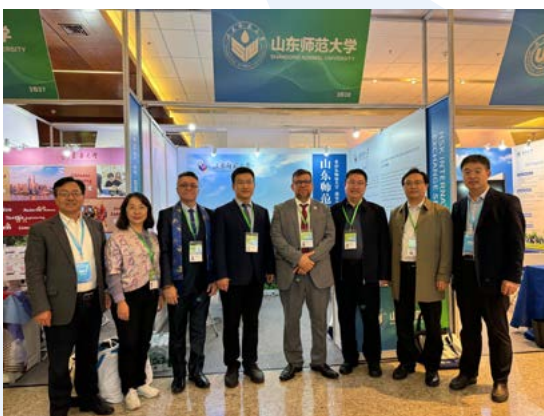
O curso terá três eixos: Gestão, Liderança e Saúde Mental. O objetivo é que cada mulher que participe da formação possa adaptar o curso à sua realidade, a partir de uma construção colaborativa e com um aprendizado absorvido em troca contínua e sistêmica. “Nosso objetivo é capacitar mulheres para liderarem com confiança, autoconhecimento e habilidades práticas, enfrentando desafios específicos de liderança no ambiente corporativo”, explica Eliane.

Além do curso sobre Liderança Feminina, a UEPG, por meio da Progesp, também disponibiliza outras formações que combatem a desigualdade e as violências de gênero no ambiente de trabalho. Um exemplo é o curso de Assédios Plurais, disponível na plataforma da Universidade Corporativa e direcionado à comunidade interna. “Penso que as organizações, sejam públicas ou privadas, devem também investir em treinamentos sobre respeito, sexismo e assédio para garantir um ambiente de trabalho mais inclusivo e sem discriminação. Com essas ações, acredito que podemos contribuir para um ambiente mais justo, onde todos, independentemente do gênero, tenham as mesmas oportunidades para crescer e se destacar”.

Fonte: UEPG. Texto: Aline Jasper | Fotos: Aline Jasper e Domitila Gonzalez

Uneb, Unesp, USP, UEPA e UPE

UNEB, UNESP, USP, UEPA E UPE PARTICIPAM DE CONFERÊNCIA MUNDIAL NA CHINA



Gestores da Uneb, Unesp, USP, UEPA e UPE participaram, nos dias 15 e 16 de novembro, da Conferência Mundial da Língua Chinesa realizada em Pequim, capital da China. As missões tiveram como objetivo representar as universidades no evento e em diversas outras atividades, consolidando a importância crescente das instituições de ensino superior estaduais e municipais brasileiras no cenário internacional e na promoção da língua e cultura da China, bem como na cooperação acadêmica com instituições chinesas.

A Conferência reuniu mais de dois mil participantes de 160 países e regiões do mundo, entre autoridades governamentais, diplomatas, reitores, pesquisadores, docentes e estudantes.



“Participar desta conferência mundial é uma excelente oportunidade para a nossa universidade, possibilitando realizarmos networking com reitoras e reitores de todo o mundo. É um momento especial de aproximação, de parcerias e de convênios que vão consolidar as nossas iniciativas institucionais de internacionalização e de mobilidade para nossos docentes, técnicos

e estudantes. Estamos confiantes que, a partir da reflexão aqui sobre as linguagens, vamos aproximar nossas culturas e nossos saberes com diferentes nações, sobretudo com China, que atualmente é um país extremamente estratégico do ponto de vista das relações internacionais, tanto para o Brasil quanto com o nosso estado”, destacou a reitora da Uneb, Adriana Marmorì.

Com o tema “Interconexão, integração, herança, inovação”, a conferência foi organizada pelo Ministério da Educação da China. O presidente chinês, Xi Jinping, enviou uma carta de congratulação aos participantes do encontro mundial e apontou, em sua mensagem, que as línguas são, para a humanidade, uma ferramenta de comunicação de ideias, um meio de herança de civilizações e uma ponte para melhor compreensão entre os povos.



Fonte: Assessoria de Comunicação Social da Abruem, com informações da Uneb.

UEPB

BIÓLOGA DA UEPB É ESCOLHIDA ENTRE AS 100 MULHERES MAIS INSPIRADORAS E INFLUENTES DO MUNDO



Uma extensa pesquisa com mais de mil famílias entrevistadas em 30 municípios diferentes. Muitos quilômetros percorridos em busca de informações e uma grande contribuição para a ciência. Além disso, uma descoberta pioneira no campo da genética, levou a bióloga da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Silvana Santos, a entrar no

seleto grupo das 100 mulheres mais inspiradoras e influentes do mundo, segundo a British Broadcasting Corporation (BBC).

A cientista da UEPB estuda a ocorrência de doenças genéticas raras e sua relação com casamentos entre pessoas com parentesco próximo em áreas pobres do Brasil rural. No Brasil, apenas três mulheres integram a lista do seleto grupo. A professora Silvana é uma delas.

A lista reconhece o talento, o potencial e a capacidade de criar, inovar e surpreender nas mais diversas áreas, contemplando, cientistas, como Silvana Santos, escritoras, atletas, ativistas florestais, cultura e dos direitos humanos, políticas, pediatras, cantoras, compositoras, engenheira, psicóloga, professora, cineasta, e até prêmio Nobel. Foram homenageadas mulheres que superam os desafios e seus próprios limites, passando pelas tempestades com leveza e sabedoria.

A lista revela o impacto que este ano teve sobre as mulheres, celebrando aquelas que por meio de sua resiliência estão lutando por mudanças, seja a nível local ou global, à medida que o mundo muda ao seu redor. Entre os nomes de destaque deste ano estão Nadia Murad, ativista e Prêmio Nobel da Paz; e a bioquímica húngara Katalin Karikó, cujas pesquisas permitiram o desenvolvimento da vacina de RNA usada para tratamento da covid-2019.

Silvana Santos é bióloga e doutora em Genética pela Universidade de São Paulo (USP) e é docente da UEPB desde 2008 quando ingressou no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), mas atualmente integra o corpo docente do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA). Ela conta que descobriu, por acaso, na rua onde morava, uma família com uma rara doença genética, Síndrome Spoan. Desde então, vem trabalhando em áreas remotas e pobres do Nordeste do Brasil para compreender a tradição dos casamentos consanguíneos e investigar as doenças genéticas que afetam essa população. Isso deu origem à pesquisa que a levou a identificar a Síndrome de Spoan (acrônimo em inglês para “paraplegia espástica, atrofia óptica e neuropatia”) no Nordeste do Brasil, uma doença neurodegenerativa genética rara que causa paralisia progressiva.

Conforme relatou a professora Silvana, um estudante do grupo de pesquisa da UEPB, Uirá Souto Melo, durante seu doutorado, em parceria com a professora Lúcia Inês Macedo de Souza, realizou os estudos moleculares que permitiram a descoberta da mutação causativa da doença no gene KCL2, responsável pela produção da cinesina, uma proteína de transporte axonal.

Para desenvolver a pesquisa, a Silva entrevistou cerca de mil famílias com pessoas com deficiência em mais de trinta municípios diferentes. Segundo ela, durante a investigação, “ouvi muitas histórias, percorri centenas de quilômetros sempre acompanhada de minhas duas filhas, Safire e Tais Acácia, e tive o privilégio de fazer muitos amigos pelo caminho”, disse. Nos 20 anos desde que começou sua pesquisa na cidade de Serrinha dos Pintos, Santos ajudou moradores afetados pela doença a obter um diagnóstico crucial.

A professora Silvana também foi orientadora de pesquisa feita com duas grandes famílias consanguíneas em dois municípios diferentes do Sertão paraibano. Em cada família, um novo gene que causa a deficiência intelectual foi identificado. Um deles é o MED25 e o outro foi o IMPA1. Esses trabalhos compuseram o doutorado da estudante Thalita Figueiredo, que recebeu menção honrosa no prêmio teses da Capes.

O conhecimento produzido a partir dessas pesquisas pode ser usado para orientar políticas públicas e para definir a necessidade de oferta de serviços especializados na área de Genética Médica na região Nordeste, tendo em vista que esses serviços estão concentrados nos estados do Sudeste brasileiro. “Como demonstramos o poder da resiliência? Percebendo que a vida é um ciclo. Na seca tórrida, nós apenas sobrevivemos. Na estação chuvosa, florescemos e produzimos frutos”, explicou.



Há duas décadas, Silvana Santos dedica sua carreira a investigar doenças genéticas raras em áreas rurais do Brasil. Seu trabalho não apenas proporciona diagnósticos a comunidades marginalizadas, mas também lança luz sobre os impactos dos casamentos consanguíneos sobre as populações do Nordeste brasileiro.

A cientista ainda contou que fez o concurso na UEPB para ficar mais próximo dos “spoanzinhos”, maneira carinhosa como ela trata as pessoas com a síndrome genética. Ela se sentiu muito honrada por representar as mulheres pesquisadores, mães, que produzem conhecimento científico qualificado no Brasil. “Essas mulheres, sem sombra de dúvidas, são resilientes e fortes”, acrescentou.

Todo esse trabalho e os frutos das pesquisas, credenciaram a docente da UEPB a integrar a lista das 100 mulheres mais inspiradoras e influentes do mundo. No Brasil, apenas três mulheres integram a lista. Além de Silvana Santos, integram esse seleto grupo, a ginasta Rebeca Andrade, maior medalhista da história olímpica brasileira com seis medalhas, e a ativista dos direitos das prostitutas, Lourdes Barreto, que também é paraibana.

Entre as mulheres lembradas estão a ganhadora do Prêmio Nobel da Paz Nadia Murad; a sobrevivente de estupro e ativista, Gisèle Pelicot; a atriz Sharon Stone; as atletas olímpicas Rebeca Andrade e Allyson Felix; a cantora Raye; a artista visual Tracey Emin; a ativista climática Adenike Oladosu; e a escritora Cristina Rivera Garza. Esta lista também visa analisar o impacto da emergência climática, destacando as pioneiras do clima que trabalham para ajudar suas comunidades a enfrentar o impacto das mudanças climáticas e se adaptar.

Fonte: UEPB Fotos: Mariana Castineiras (Divulgação)

50 ANOS DE ENSINO SUPERIOR, INOVAÇÃO E COMPROMISSO COM A SOCIEDADE



Marcando os 50 anos de contribuição para o desenvolvimento econômico e social do interior do Brasil, a Universidade de Taubaté (UNITAU) celebrou, no Departamento de Ciências Jurídicas, o Jubileu de Ouro. Desde a fundação, em 1974, a instituição já formou mais de 100 mil profissionais e se consolidou como referência em ensino superior, pesquisa aplicada e serviços à comunidade.

Reitora da Universidade de Taubaté, Nara Lucia Perondi Fortes destaca que esse marco é um momento importante de comemoração (redundância), pelo impacto que a UNITAU tem gerado na comunidade ao longo dos anos, e também de reflexão sobre o futuro da instituição.

“A Universidade de Taubaté chega aos 50 anos sustentável e preparada para os desafios das próximas cinco décadas. É momento de celebrar, honrar tudo o que construímos e planejar um futuro promissor”, afirmou a reitora.

E foi justamente com o foco no futuro que, nos últimos anos, a UNITAU mirou e alcançou a estabilidade financeira, que possibilitou a ampliação da presença regional com a inauguração de um campus em Caraguatatuba e, mais recentemente, a aprovação de um novo campus em Cruzeiro, voltado para cursos na área da saúde.

Essa expansão, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNITAU para o quadriênio 2022-2026, foi acompanhada de investimentos expressivos em infraestrutura, como a construção da Clínica de Veterinária inaugurada em 2024, em laboratórios de alta tecnologia e em melhorias em salas de aulas, auditórios, espaços de convivência. Paralelamente, a Universidade de Taubaté ampliou suas bolsas de estudo. Atualmente, 60% dos alunos da graduação contam com algum tipo de subsídio da instituição, o que tem garantido oportunidades para que os estudantes continuem a trajetória acadêmica.

Sob a liderança da atual reitora, a UNITAU também tem se destacado como protagonista nos principais debates sobre a ampliação do acesso ao ensino superior no interior do Brasil, como preconiza o Plano Nacional de Educação. Com uma gestão inovadora e comprometida com a sustentabilidade, Nara Fortes desempenha papéis estratégicos como vice-presidente da Associação Brasileira de Reitoras e Reitores de Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) e da Associação das Instituições Municipais de Ensino

Superior (AIMES-SP), além de secretária-geral da Associação Nacional das Instituições Municipais de Ensino Superior (Animes). Essas responsabilidades reforçam o papel da Universidade no cenário nacional e o compromisso com a educação de qualidade.

Reconhecimento e protagonismo nacional

Durante a cerimônia comemorativa do Jubileu de Ouro da Universidade de Taubaté, o Prof. Dr. Anderson Ribeiro Correa, representando a Presidente do Conselho Estadual de Educação, Profa. Dra. Maria Helena Guimarães de Castro, ressaltou a relevância da UNITAU para o país, especialmente com a produção científica.

“Quando presidia a CAPES, analisamos a produção científica das universidades municipais do Brasil e também de algumas estaduais. Os números da Universidade de Taubaté impressionaram os reitores. A UNITAU é, de longe, a universidade municipal com maior produção científica, superando até mesmo muitas instituições estaduais com orçamentos maiores”, pontuou.

Esse reconhecimento também é fruto do legado deixado por líderes como o Prof. Dr. José Alves, primeiro reitor da UNITAU, que falou sobre o impacto da instituição no desenvolvimento econômico do país, por meio da formação de profissionais qualificados, que se destacam no mercado de trabalho.

“A UNITAU vai além de uma instituição local; é uma universidade estadual e nacional, que forma profissionais para diversas áreas. Esses egressos têm levado o nome da UNITAU e valorizado a instituição com seu trabalho e inteligência”, afirmou.

Transformação social e compromisso com a comunidade

Além de contribuir para o desenvolvimento econômico da região e do país, a UNITAU mantém o compromisso com a transformação social das comunidades onde está inserida, por meio dos serviços oferecidos nas clínicas especializadas de Fisioterapia, Odontologia, Nutrição, Psicologia e Estética, além do Escritório de Assistência Jurídica que, juntos, realizam mais de 20 mil atendimentos por ano. Iniciativas como as 82 ligas de extensão também aproximam a Universidade da população, promovendo ações de saúde, educação e cidadania.

Visando ampliar ainda mais o impacto econômico e social dessas ações, para os próximos anos, a Universidade planeja intensificar parcerias com empresas e municípios e expandir a atuação, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, reafirmando o comprometimento com a inovação e a equidade.

Com cerca de 10 mil alunos, do Colégio UNITAU à pós-graduação, mais de 1.000 servidores e de 40 cursos de graduação presencial e a distância, nove mestrados, dois doutorados e pós-doutorado, a UNITAU segue como referência em ensino superior. Aos 50 anos, a Universidade legitima a missão de formar profissionais de excelência, produzir conhecimento transformador e impactar vidas.

Fonte: Acom Unitau

Uesc

UESC E CPB AVANÇAM EM PARCERIA PARA CONSOLIDAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA PARALÍMPICOS

O CRP tem como metas oferecer práticas esportivas paralímpicas à população



Na quinta-feira, 12 de dezembro de 2024, a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) recebeu a visita técnica do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) para discutir avanços na formalização de um Termo de Cooperação Técnica e Científica. A iniciativa visa consolidar a Uesc como um Centro de Referência Paralímpicos (CRP), com

potencial para transformar o esporte paralímpico na região sul da Bahia.

O encontro aconteceu às 11h, na sala de reunião da Reitoria, no 6º andar do edifício José Haroldo Castro Vieiras (Torre Administrativa da Uesc) sob a coordenação do reitor Alessandro Fernandes e do vice-reitor Maurício Moreau. Estiveram presentes membros da Reitoria, Pró-Reitorias de Extensão (Proex), professor Omar Costa; Pesquisa e Pós-Graduação (Propp), Professora Fernanda Gaiotto; Graduação (Prograd), Professora Márcia Morel; além de representantes do Departamento de Ciências da Saúde (DCS), professor Alexandre Justo e discentes do curso de Educação Física.

A professora Joslei Viana de Souza, do DCS, foi a articuladora da parceria e coordenadora da ação na Uesc. O CPB foi representado pelo Sr. Filipe Lopes Barbosa, professor de Educação Física e integrante da Diretoria de Desenvolvimento Esportivo do comitê, responsável pela supervisão dos Centros de Referência Paralímpicos (CRP).

O CPB, principal entidade gestora do esporte paralímpico no Brasil, tem como missão promover o desenvolvimento esportivo para pessoas com deficiência visual, intelectual e física. Sediado em São Paulo, no Centro de Treinamento Paralímpico, o comitê busca descentralizar suas ações com a implementação de Centros de Referência em diferentes regiões do país.

O CRP faz parte do plano estratégico do CPB e tem como metas oferecer práticas esportivas paralímpicas à população, formar atletas para o alto rendimento, qualificar profissionais e fomentar projetos de pesquisa no esporte adaptado.

A UESC deverá desempenhar um papel central na operação do CRP, integrando ensino, pesquisa e extensão para fortalecer o esporte paralímpico. A Universidade será responsável por formar e capacitar discentes estagiários, colaborar na gestão das atividades esportivas e promover cursos de qualificação profissional.

A instituição também atuará de forma integrada com os municípios e o Estado, estabelecendo uma rede de suporte que viabilize as atividades do CRP. Os municípios, por exemplo, oferecerão transporte para os participantes residentes em regiões vizinhas ao campus, como Ilhéus e Itabuna, além de auxiliarem na realização de eventos. O Estado, por sua vez, disponibilizará espaços físicos em escolas de tempo integral para sediar atividades esportivas.

O Sr. Filipe Barbosa destacou que, uma vez firmado o acordo, o CPB supervisionará as atividades do CRP da Uesc, garantindo a integração das ações locais ao plano estratégico nacional. Essa parceria representa um marco para o esporte adaptado na região, com impacto direto na inclusão social e no desenvolvimento de talentos esportivos.

Para o reitor Alessandro Fernandes “ao consolidar o CRP, a Uesc reafirma seu compromisso com a transformação social, a inovação e a promoção da diversidade.

O projeto tem potencial não apenas para formar atletas de alto rendimento, mas também para fomentar a inclusão esportiva e ampliar a produção científica na área do esporte paralímpico.”

Já o professor Maurício Moreau, vice-reitor, assinala que “com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica e Científica, prevista para breve, a Uesc dará um importante passo em direção a se tornar um dos principais polos de desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária,” concluiu.

Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom)

PESQUISADORA TRANSFORMA MACAÚBA EM EMBALAGENS BIODEGRADÁVEIS INOVADORAS



As embalagens biodegradáveis estão conquistando espaço no mercado como uma alternativa sustentável para a preservação do meio ambiente. Pensando nisso, a engenheira de Alimentos Carmen Guedes, pesquisadora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Alimentos

(PEG), está desenvolvendo dois tipos de embalagens inovadoras a partir da Macaúba (nome científico: *Acrocomia aculeata*), uma palmeira nativa do Brasil com grande potencial produtivo e ampla distribuição no território nacional.

Utilizando a fibra do fruto da macaúba, Guedes está criando uma embalagem para substituir as bandejas de isopor, frequentemente usadas para armazenar e transportar alimentos. Já com a polpa, a pesquisadora desenvolve um substituto biodegradável para os sacos plásticos de uso único.

A proposta também visa agregar valor à macaúba, que atualmente desempenha um papel importante na recuperação de áreas degradadas. “Como a macaúba está sendo usada para reflorestamento, podemos destinar seus frutos para a indústria, substituindo plásticos de uso único, que não são ecológicos”, explica a mestranda.

Impacto ambiental

Uma das grandes vantagens das embalagens desenvolvidas é seu impacto ambiental positivo: ao serem descartadas, elas se transformam em adubo para as plantas, desaparecendo na natureza sem deixar resíduos. Além disso, tornam-se húmus, um fertilizante orgânico que fornece nutrientes essenciais para o solo.

Outro destaque é o conceito de “embalagem ativa” adotado pela pesquisadora. Essas embalagens interagem com os alimentos, retardando reações de oxidação que causam sua deterioração. “Ela atua como antioxidante, prevenindo que o alimento seja degradado pela luz e outros fatores que aceleram a oxidação”, explica Guedes.

A matéria-prima para a pesquisa foi fornecida pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR), que desenvolve estudos na região de Maringá e utiliza a macaúba para recuperar áreas degradadas no Estado.

“Esperamos que a macaúba deixe de ser classificada como um alimento não convencional e passe a integrar a categoria de alimentos convencionais. Através da nossa pesquisa, queremos atrair a atenção da comunidade científica, da indústria de alimentos e da população local para o uso integral dos frutos do Paraná, incentivando sua produção além do reflorestamento”, conclui a pesquisadora.

Manteiga

O estudo está sendo desenvolvido no Laboratório de Desenvolvimento de Novos Produtos, ligado ao PEG e ao Departamento de Engenharia de Alimentos (DAL), câmpus sede da UEM, e contribui com 6 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados pela Organização das Nações Unidas (ONU).



Prevista para ser concluída até o final deste mês, a pesquisa tem a orientação das professoras Grasielle Scaramal Madrona e Mônica Scapim e conta com o apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação (MEC) e do IDR, parceiro de pesquisa neste trabalho científico.

Guedes tem planos de cursar o doutorado na sequência. “O nosso principal objetivo é desenvolver produtos usando a macaúba. Infelizmente, hoje ela é aproveitada apenas para produção de biodiesel e é um fruto muito nobre para ser designada apenas para esse fim”, assegura.

O estudo sobre a macaúba é familiar para a pesquisadora. No mesmo laboratório onde atua no mestrado, as estudantes Larissa Rodrigues e Isabela Milani produziram, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ao final da graduação, uma manteiga adicionada de 40% de macaúba. Neste caso, Guedes contribuiu nas análises e na produção.

Ainda no mestrado, pretende fazer, a partir da próxima semana, uma aplicação do filme biodegradável ativo como embalagem de contato de manteigas convencionais.

Para o doutorado, a ideia é concentrar a pesquisa na macaúba nativa apenas do Estado do Paraná, caracterizando mais a fundo esse material e fazendo outras aplicações.

Fonte: UEM.



**Associação Brasileira dos
Reitores das Universidades
Estaduais e Municipais**

Expediente

www.abruem.org.br

Email: abruem@gmail.com

Jornalista responsável - Núbia Rodrigues. DRT: 2252-GO

Diagramação: Graziano Magalhães

Secretaria Executiva: Carlos Roberto Ferreira

Secretaria Geral: Denize Alencastro